

# EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

Por uma alternativa  
revolucionária  
dos trabalhadores

## CONTROLO PÚBLICO SOBRE AS VACINAS



## QUEBRA DAS PATENTES, JÁ!



UMA LEI PARA OS **RICOS**  
OUTRA LEI PARA OS  
**POBRES**

NÃO HÁ **CAPITALISMO** SEM **CORRUPÇÃO**

[www.emluta.net](http://www.emluta.net) | Facebook: @jornalemluta | Instagram: @em.luta.lit





## EDITORIAL

## O atraso no combate à pandemia é responsabilidade dos governos capitalistas

A pandemia do coronavírus continua a atravessar o quotidiano do país. Discute-se o processo de desconfinamento, mas a situação pandémica está longe de acabar. Hoje sabemos que a única forma de ter um regresso progressivo à normalidade é a vacinação. Mas a verdade é que estamos muito longe da vacinação necessária para conter novas ondas e a necessidade de novos confinamentos. A quebra das patentes permitiria produzir a vacina, acelerando o processo de vacinação, poupando milhões de vidas e protegendo a saúde coletiva. Permitiria ainda poupar milhões aos Orçamentos Públicos que, comprando vacinas privadas, terão de pagar os lucros das farmacêuticas em vez de pagarem apenas os custos de produção das vacinas. Quando a UE e o governo Costa se posicionam contra a quebra das patentes mostram como são lacaios dos interesses das multinacionais e quão hipócrita é o seu discurso em defesa da saúde e da vida.

A ciência diz-nos que as vacinas e os medicamentos são fundamentais para a saúde pública, mas nenhum está isento de efeitos secundários, sendo central o equilíbrio entre os benefícios e esses efeitos. A discussão nos media sobre as vacinas da Astrazeneca e agora da Johnson & Johnson está rodeada de opacidade e atravessada pelo facto de estarem em jogo não apenas os interesses da saúde, mas também interesses privados das farmacêuticas. O controlo público sobre as vacinas é, por isso, não apenas uma necessidade para a sua produção e distribuição ampla

e gratuita, mas é fundamental para que a confiança no processo de vacinação não seja posta em causa por interesses e disputas opacas, devendo ser tido como único critério a defesa da saúde e a utilização de critérios científicos (e não económicos) para a análise da eficiência das mesmas.

Em toda a gestão da pandemia, temos visto o Governo Costa e a UE colocarem os lucros capitalistas acima da saúde e da vida coletiva. O tratamento do caso recente de Sócrates, por oposição ao tratamento que no mesmo período recebeu o caso do imigrante Igor, que morreu durante a sua estadia no SEF, mostram como os dois pesos e duas medidas atravessam não só a pandemia, mas também a justiça.

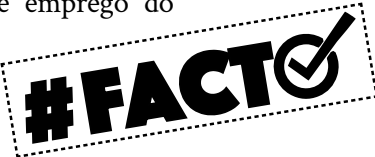
Quando se assinalam 47 anos do 25 de Abril de 1974, não podemos deixar de lembrar que esteve na ordem do dia construir uma outra sociedade que não estivesse organizada pelo lucro e pela exploração do homem pelo homem, mas uma sociedade socialista, igualitária, que garantisse a Paz, o Pão, a Habitação, a Saúde e a Educação para todos. Hoje vai-se perdendo muito do que se conquistou, porque a democracia atual é a democracia dos ricos. As contradições da atual situação só mostram como as aspirações do 25 de abril ainda estão por cumprir e que, para as alcançar, é preciso retomar a luta por uma nova revolução. Caso contrário, serão mais uma vez os trabalhadores e a população mais pobre a pagar os custos humanos, económicos e sociais da pandemia e da crise económica.



O número de desempregados é hoje o mais alto desde o início da pandemia?

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego aumentou 25,9% em março em termos homólogos e 0,2% face a fevereiro. No final de março, estavam registados nos serviços de emprego do

continente e regiões autónomas 432.851 desempregados. É o mês com o número mais alto de desempregados inscritos no IEFP desde o início da pandemia.



Fonte: IEFP (Instituto de Emprego e Formação de Profissional)  
<https://bityli.com/ZNivL>



ENCONTRA PALAVRAS RELACIONADAS COM ESTA EDIÇÃO DO EM LUTA

T C U Y A T I T D R E I S S T H M E  
Y E F S E C E I D I E E L A C L E O  
A L T O V R T I D N D U A I A Y R A  
F L V T V L R H R E I B N Y A L O H  
F D E S P E D I M E N T O S P N R H  
S R A C I S M O R O S F T A E R E A  
O I I T O U C S H C F N N E R O W S  
I E A H S R N B L T L D L E T L W E  
T B E L A R U S P I E N I P O M E E  
O T N T N R N I T M E O I I U I E N  
E N A D O N S I I E S F A R U M H U  
U S H H E R D A L I S T L M I O H O

Solução: racismo, revolução, nacionalização, vacina, genocídio, corrupção, autoeurope

## A NOSSA CLASSE

## Administração da VW-Autoeuropa: As ameaças não desmobilizam!

O que leva a administração da fábrica VW-Autoeuropa a propor, nas negociações com a Comissão de Trabalhadores, aumentos salariais nulos, pretender converter direitos salariais em “banco de horas”, reduzir o prémio de objetivos e adiar o pagamento do saldo positivo dos downdays (dias de não produção pagos pela empresa) para 2024?

## EDU DÁRIO

A fábrica de Palmela tem sido uma das mais produtivas e lucrativas do Grupo, mesmo no ano pandémico de 2020. Os seus trabalhadores alcan-

çaram, nos anos 2018-2020, produções-recorde de 223 mil, 257 mil e 192 mil automóveis, na sua quase totalidade vendidos para exportação. Os mais de 5 mil trabalhadores da AE sabem que algumas da-

queles pretensões fazem parte da “dança habitual” das negociações: os capitalistas sediados em Wolfsburg entram a ameaçar cortar as mãos para saírem como santinhos depois de cortarem “apenas” alguns

dedos. No final, a empresa fica sempre a ganhar mais alguma coisa, e os trabalhadores vão perdendo direitos (recorde-se, por exemplo, a recente imposição do trabalho regular aos fins de semana).

## RESISTIR

## Não ceder nem uma unha!

Mas este ano há alguns elementos novos neste velho cenário: os trabalhadores, ainda que atingidos recentemente pelo despedimentos de mais de 300 colegas contratados, o que aumentou os ritmos de trabalho, sentem-se unidos, pois são agora na sua esmagadora maioria efetivos, sabem que a administração precisa da sua força de trabalho para alcançar os próximos projetos de produção, ou mesmo a captura de

novos investimentos. Sentem-se não só os produtores dos enormes lucros da Autoeuropa nos últimos anos, como também querem justamente ser recompensados pelos riscos para a sua saúde – e a dos seus familiares – que significou trabalhar em plena pandemia. Não há, pois, razão para aceitar a perda de uma unha sequer! Pelo contrário, é justo que os seus direitos sejam reforçados!



## FUTURO

## Enquanto o capital governar, nenhuma conquista estará segura!

Perante esta realidade sempre ameaçadora, não será o governo português que os protegerá perante eventuais ataques e crises futuras: é preciso construir fortes laços de solidariedade com a restante classe trabalhadora portuguesa – que continua a sofrer a “pandemia” da crise social e económica – e também com os operários das outras fábricas do grupo.

A recente chamada “crise dos chips”, que levou à paralisação de algumas fábricas de vários produtores mundiais

de automóveis – incluindo a Volkswagen Autoeuropa – ilustra bem que nenhum trabalhador pode estar descansado sobre o seu futuro enquanto este for dominado por meia dúzia de bilionários e pela sua disputa selvática pelo lucro e rentabilização dos capitais. Apesar de a indústria automóvel e as ‘bolachas de silício’ e chips serem duas das indústrias mundiais mais desenvolvidas e planificadas até ao menor, o desajuste entre os dois setores instalou-se. É que

a perspectiva de fabulosos lucros com a produção de chips para a indústria de consolas de jogos, computadores e equipamentos móveis, TVs, assistência à saúde remotamente, etc. fez com que os respetivos fabricantes reorientassem as linhas de produção, deixando os fabricantes de automóveis à espera. Esta é uma crise passageira, mas a disputa intercapitalista e a rentabilização de capitais com o aumento da automação e o avanço da indústria 4.0 continuará a resultar em

ataque aos direitos dos trabalhadores e em pressão sobre os postos de trabalho. Um futuro seguro, uma sociedade justa, onde o trabalho de cada um e de todos seja sempre reconhecido e orientado para as necessidades da maioria, exige mais do que uma luta entre as quatro paredes de uma empresa ou fábrica. A construção de uma organização política revolucionária, nas mãos de quem trabalha, é a melhor estratégia de futuro.

## FICHA TÉCNICA

Capa: Joao Viegas

Revisão de Texto: Érica Lemos

Tiragem: 100

Impressão: AGL Artes Gráficas Lisboa

Colaboradores: António Tonga, Cristina Portela, Carlos Ordaz, Edu Dário, Joana Salay, Maria Silva, Marina Peres.



# Caso Sócrates: o sistema capitalista não sobrevive sem corrupção

Após a decisão do juiz Ivo Rosa sobre os rumos do processo “Operação Marquês”, reacendeu-se o debate sobre o caso Sócrates. Para além de compreender o processo judicial, que é também importante, é fundamental entender o contexto político e as lições que o processo nos traz sobre os limites da justiça no capitalismo.

## JURÍDICO

### Entenda a decisão do juiz Ivo Rosa

Na sexta-feira, 9 de abril, foi anunciada pelo juiz Ivo Rosa, do Tribunal Central de Instrução Criminal, uma decisão fundamental no processo “Operação Marquês”, que investiga os crimes do ex-primeiro-ministro José Sócrates e de figuras como o ex-presidente do BES, Ricardo Salgado, e o ex-administrador da CGD, Armando Vara. Das 31 acusações trazidas pelo Ministério Público em relação a Sócrates, o juiz Ivo Rosa decidiu levar o ex-primeiro-ministro a julgamento por apenas 6. O Ministério Público pediu a nulidade da decisão, e depois poderá ainda apresentar recurso. Se for mantida, Sócrates será levado a julgamento apenas por 3 crimes de fraude fiscal e 3 crimes de falsificação de documentos, e sequer será levado a julgamento pelos crimes de branqueamento de capitais e de corrupção. Ivo Rosa, numa interpretação controversa da lei, mas já utilizada antes, considerou prescritos os crimes de corrupção. Mas Ivo Rosa está longe de ser o único responsável por isto.

## (IN)JUSTIÇA

### Uma Justiça para os ricos, outra para os pobres

A Justiça não reserva o mesmo tratamento aos ricos e aos políticos que os representam que reserva aos trabalhadores e setores mais vulneráveis da população, aos jovens negros, imigrantes e pobres. Um trabalhador pobre será facilmente acusado e punido por um crime banal. Jovens

## MARINA PERES

A forma como a “Operação Marquês” foi conduzida, desde o início, expõe o funcionamento das engrenagens deste sistema em que todos sabem que os governos são comprados para atender os interesses dos principais empresários e da Banca, e as instituições todas, longe de investigarem e punirem efetivamente esses crimes, protegem os políticos e deixam impunes os seus crimes de corrupção. A investigação conduzida pelo

Ministério Público, por meio de um “megaproceto” megalomaniaco, que inviabilizou que se apurassem, em tempo útil, os 189 crimes ali investigados, como já tinha acontecido noutros “megaprocessos”; esta demora que permite que hoje se diga que os crimes prescreveram só é possível porque se deixou correr este tempo todo; o atropelo do sorteio eletrónico que deveria ditar o juiz a quem o processo seria distribuído, visando um julgamento que não tivesse de antemão as cartas completamente marcadas; o posiciona-

mento do Conselho Superior da Magistratura, que permitiu tal atropelo; o próprio facto de a lei determinar que os crimes de corrupção de políticos sejam sempre levados ao Tribunal Central de Instrução Criminal, que é composto por apenas dois juizes, já conhecidos de todos. Todos estes são factos que demonstram a existência de inúmeros responsáveis pela situação atual da investigação e do processo, que pode permitir que Sócrates se veja livre das acusações de corrupção.



# Justiça, Ministério Público, Governo: engrenagens de um sistema que não existe sem corrupção

O caso Sócrates mostra que os governos, longe de representarem os interesses do conjunto da sociedade e do povo pobre e trabalhador, são um grande balcão de negócios dos mais ricos e poderosos empresários e banqueiros. A corrupção é inerente a este sistema em que esta pequena minoria controla o Estado para favorecer os seus interesses em detrimento dos interesses da imensa maioria da sociedade.

## DA REDAÇÃO

Para compreender a fundo o significado político desse processo temos de compreender o contexto em que se deu. O Governo Sócrates cai em março de 2011, quando não consegue viabilizar as medidas do PEC no Parlamento. Os Programas de Estabilidade e Crescimento (PECs) eram as propostas do Governo para combater a crise económica em Portugal e, no conteúdo, as precursoras das medidas de austeridade Troika. Em abril de 2011, o ainda governo do PS pede o resgate à Troika e é assinado o memorando de entendimento em Portugal. Em junho do mesmo ano,

Passos Coelho (PSD) é eleito e o que se segue é a aplicação das medidas do acordo com a Troika, o desmantelamento do último banco Português (BES), a privatização da TAP e da EDP e os fortes ataques aos direitos dos trabalhadores. Não por coincidência, é o que se mantém na essência até hoje, mesmo após o Governo Geringonça. Este período significou, com certeza, um aprofundar do processo de venda do país e de maior subordinação à UE. Mas engana-se quem acha que Sócrates foi perseguido por se colocar contra esse processo. Os anos de alternância entre PS e PSD têm demonstrado que ambos têm um acordo es-



tratégico no projeto de país: continuar a venda e entrega do país e solidificar Portugal como um país de serviços com mão de obra barata e subordinado economicamente. O que os separa é a forma como pretendem fazê-lo e os setores em que se apoiam.

Por isso, a queda de Sócrates não é a queda de um resistente aos planos de entrega do país, mas sim uma opção seletiva da burguesia ao serviço de implementar ainda com mais força o projeto que também Sócrates, com o PS, construiu.

## FARINHA DO MESMO SACO

### PSD e Chega são parte do jogo sujo capitalista

Contra a seletividade da justiça é preciso defender a condenação de Sócrates e de Salgado, mas também de todos os corruptos e corruptores, inclusive de quem vendeu e endividou o país, como é o caso de Passos Coelho. O PSD tenta cavalgar esse processo para tentar superar a sua crise, mas é parte e

agente do mesmo projeto sujo de venda do país e os seus militantes igualmente implicados em casos de corrupção. Tampouco o Chega de André Ventura tem alguma diferença de conteúdo com as relações promíscuas que levaram ao processo contra Sócrates. Ventura dá-se muito bem com os

ricos e poderosos do país que o apoiam e financiam, como é o caso de Carlos Barbot (Tintas Barbot), João Maria Bravo (Sodarca – fornecimento de armas a forças de segurança e exército português), Francisco Sá Nogueira (ligado à antiga Espírito Santo Viagens) e o empresário agrícola João Or-

tigão Costa, da Sugal Group, entre outros. O Chega e Ventura só usam a bandeira contra a corrupção para esconderem o seu projeto, que é igualmente de venda do país, mas de forma ainda mais violenta via o seu programa ultraliberal dentro da EU e que ainda ataca mais os trabalhadores.

## CAPITALISMO

### Para combater a corrupção é preciso lutar contra o capitalismo

Finalmente, é importante relembrar que a situação de crise económica e endividamento a que o país chegou em 2011, mais do que na corrupção, teve essencialmente origem na situação estrutural

de dependência e subordinação do capitalismo português dentro da UE, particularmente agravada pela entrada no Euro. Tudo isso foi feito legalmente e com grande unidade entre PS e PSD.

Questionar a corrupção sem questionar os problemas centrais do capitalismo no país é tocar apenas a superfície e deitar-nos areia para os olhos. Por isso, não há saída con-

tra a corrupção que não vá lado a lado com a luta contra o sistema capitalista, a sua venda ao desbarato do país, dos seus trabalhadores e da população mais pobre.



## PANDEMIA

## PANDEMIA

# Quebrar patentes e produzir vacinas para salvar todos, não só os ricos e brancos

O primeiro-ministro António Costa é o atual presidente da União Europeia, assim como outro português, António Guterres, é o secretário-geral das Nações Unidas. São cargos importantes, que poderiam ser utilizados para pressionar a União Europeia (UE) a quebrar as patentes das vacinas contra a Covid-19 e divulgar os contratos feitos com as farmacêuticas que as produzem. Não é isso que acontece.

## CRISTINA PORTELLA

Bem pelo contrário, Portugal – ao lado de todos os países ricos, e do Brasil – é um dos que se opõem à suspensão das patentes das vacinas, proposta apresentada pela Índia e a África do Sul à Organização Mundial do Comércio (OMC) e apoiada por mais 100 paí-

ses. Com o monopólio desses fármacos, a indústria lucra, enquanto a morte, a doença e a pobreza espalham-se pela maior parte do planeta. Apesar de estarmos a passar por uma fase mais branda da pandemia no nosso país, após um duro confinamento de quase três meses, não podemos esquecer-nos que

Portugal é o 28.º do mundo com maior número de mortes causadas pelo vírus; que este não parou de se espalhar, causando até hoje mais de 3 milhões de vítimas fatais; e que a contaminação não poderá ser detida enquanto pelo menos 70% da população não estiver imunizada. Mais uma vez, não é isso que acontece.



## ANÁLISE

## Como está a vacinação

Em Portugal, até 18 de abril, tinham recebido as duas doses da vacina apenas 6,77% da população (19,20% receberam a primeira dose), o que representa um total de 25,96 doses por cada 100 habitantes. Esse número de doses por habitante é semelhante em toda a UE, e aparentemente será acelerado nos próximos meses, mas bastante inferior à marca registada pelos campeões da vacinação, como Estados Unidos, Inglaterra ou Israel. O primeiro assinalava 61,56 doses por habitante, em meados de abril, o segundo 62,03, e o terceiro 119,12. Conforme divulgado pela imprensa, sabemos que pelo menos dois deles, EUA e Israel, pagaram mais caro à farmacêutica Pfizer pela sua vacina, numa clara demonstração da política do “salve-se quem puder” praticada por esses países.

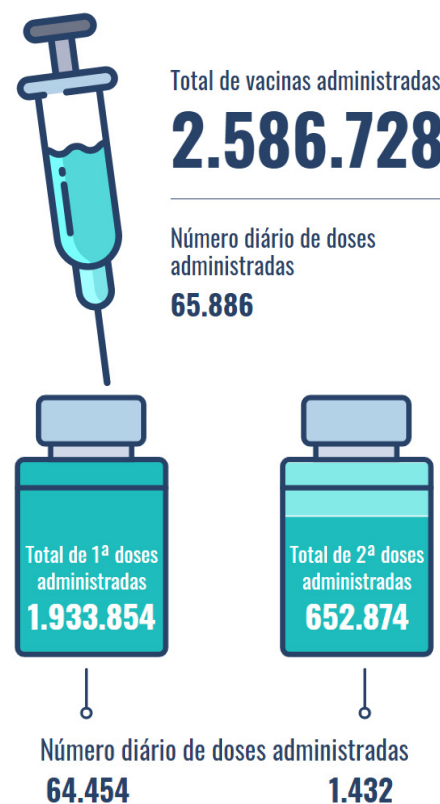
De acordo com o centro na-

cional de estatística inglês, 54,9% da população já possui anticorpos contra a Covid; nos Estados Unidos, e também na Inglaterra, os números de casos e de mortes caíram drasticamente depois do pico de janeiro/fevereiro últimos, certamente em virtude da vacinação e de medidas de confinamento. Em Israel chegou-se a levantar o uso obrigatório de máscara na rua, em contraste absoluto com o que acontece na Palestina ocupada, onde haviam sido administradas somente 3,58 doses por 100 habitantes. Números insignificantes de doses são a realidade na maior parte do planeta, em especial no país que, ao lado do Brasil, está a ocupar o 2º lugar em número de casos, a Índia, com 8,89 doses administradas por cada 100 habitantes. Ironia das ironias, a Índia é o maior centro de

produção mundial da vacina russa Sputnik V e da Covashield, versão da vacina da AstraZeneca processada localmente, só que não controla a sua distribuição. A Índia, assim como Brasil, Portugal e muitos outros países, teria todas as condições de produzir e distribuir vacinas aos seus habitantes e inclusive assegurá-las a preço de custo aos que não possuem essa competência. No Brasil há pelo menos dois laboratórios estatais qualificados para isso – a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantã –, mas um governo genocida como o de Bolsonaro jamais enfrentaria o imperialismo e as suas farmacêuticas, como até outros governos brasileiros já o fizeram.

## VACINAÇÃO EM PORTUGAL

Dados diários atualizados até 19/04/2021



## Produção de vacinas: um investimento na saúde pública e na economia

Na primeira vez que um governo brasileiro quebrou uma patente farmacêutica estava no poder o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ilustre defensor da privatização de empresas públicas e humilde servo dos

patrões imperiais. Pois, em agosto de 2001, o seu ministro da Saúde, José Serra, anunciou que um dos medicamentos que compunha o coquetel antissida, o nelfinavir, passaria a ser produzido pela Fiocruz. Uma longa negocia-

ção com o laboratório Roche, dono da patente, fracassara, e o governo resolveu quebrá-la e economizar 50% no preço daquele medicamento. O que teria levado o governo brasileiro a proceder assim é tema para outro artigo que não este, mas ilustra bem o facto de que é possível, mesmo a um governo capitalista comum e corrente, adotar medidas que protejam a saúde do povo e os recursos públicos. Em Portugal, vários pesquisadores e laboratórios têm assegurado a viabilidade de se produzir vacina localmente, se houvesse, é claro, investimento para isso. Um grande investimento, que dotaria o país não só de capacidade de resposta a esta pandemia, mas também a desafios futuros, como defendeu Teresa Summavielle, do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto, ao jornal Público. Segundo a cientista, o desenvolvimento de uma vacina portuguesa contra a Covid-19 custaria cerca de 45 milhões de euros, além de mais 100 milhões numa infraestrutura para assegurar a produção. Uma pechincha quando comparamos esses valores à quan-

tia de 476 milhões de euros, reservada pelo governo no Orçamento de Estado deste ano para cobrir o saco sem fundo do Novo Banco – uma das histórias mais mal explicadas da história financeira do país.

Iniciativas no sentido de produzir uma vacina portuguesa contra a Covid estão a ser divulgadas por laboratórios privados, como a Immunetep, em Cantanhede (ver Público, 15/04/2021). A fase de ensaios pré-clínicos da vacina chamada Silba tem sido bem-sucedida na produção de anticorpos e projeta-se começar no segundo semestre a etapa de teste em humanos. Uma outra empresa de biotecnologia, a Genibet, conhece a tecnologia do ARN mensageiro, utilizada nas vacinas da Pfizer e Moderna, e dos adenovírus desativados, semelhantes aos das vacinas da AstraZeneca e da Janssen.

As informações que nos chegam demonstram ser possível desenvolver uma vacina portuguesa a médio prazo e, muito mais rapidamente, produzir localmente aquelas que já estão no mercado, desde que houvesse a quebra das patentes.

## CONTROLO PÚBLICO

## Contratos secretos e lucros escandalosos

A Comissão Europeia continua a recusar-se a divulgar os contratos feitos com as farmacêuticas para a aquisição de vacinas contra a Covid-19, apesar da insistência de entidades como o Corporate Europe Observatory, Médicos Sem Fronteiras ou Human Rights Watch para que estes se tornem públicos. Sabe-se, por outro lado, que os lucros

das farmacêuticas se preveem monstruosos: a margem de lucro da Pfizer seria de 30% só este ano. A Moderna, cuja receita em 2019 não ultrapassou os 60 milhões de dólares, estima para 2021 uma receita de 16 bilhões de dólares. Suas ações subiram 187% nos últimos meses. Os lucros das farmacêuticas representam, na realidade, a privatização

do dinheiro público. No caso da Pfizer e da Moderna, por exemplo, as duas descobertas fundamentais que deram origem à vacina que comercializam – a proteína viral e o conceito de RNA modificado – surgiram de pesquisas financiadas pelo governo dos EUA. O financiamento maciço da elaboração e produção das vacinas foi garantido por

recursos estatais de vários países. Portanto, é duplamente imoral o facto de as farmacêuticas, com o aval da Comissão Europeia e da maioria dos estados, não compartilharem a tecnologia de fabrico das vacinas: imoral porque significa deixar morrer pessoas que poderiam ser salvas e imoral porque representa um roubo dos recursos públicos.



## HISTÓRIA

# Quem precisa de patrões?

Parece uma pergunta antiquada ou utópica, mas há não muitos anos esta era uma pergunta muito presente nas ruas e empresas em Portugal.

JOANA SALAY

*“O trabalho não é uma mercadoria, é um direito. Queremos trabalhar para viver, e não viver para trabalhar. Para o capitalista, o operário é uma máquina. Os capitalistas só se interessam pelos operários quando estes dão lucro (...) Contra a exploração, direito ao trabalho!”.*

FORA DE CONTROLO

## Esforço para desviar o processo

O processo revolucionário era tão intenso que foram precisas diversas medidas do Estado para conseguir controlar o ímpeto da revolução e conter o avanço do controlo operário. Desde limitar as ações do controlo operário, até desviar o processo para as nacionalizações institucionalizadas e controladas pelo Estado.

Contribuíram para isso os dois principais partidos operários da época: PS e PCP. Ao ponto de o PCP se colocar contra a centralização nacional das Comissões de Trabalhadores que brotavam pelo país e que era condição fundamental para garantir da manutenção do controlo operário. Era inegá-

Era o que dizia um cartaz à porta da Fábrica de Lanifícios Sousa Abreu, em autogestão a partir de setembro de 1974 para que o patrão não fechasse a fábrica e levasse embora as máquinas. Foram centenas de empresas que estiveram em autogestão ou controlo operário, uma vez que os patrões tendiam a fugir do país

vel que, com a força do movimento operário e o duplo poder que se desenvolvia, era possível ir além do questionamento do regime e questionar as amarras capitalistas que travavam o desenvolvimento do país, condição necessária para sustentar os avanços do controlo operário, pois dentro do capitalismo também a autogestão é limitada se não for parte de uma mudança das relações gerais de propriedade. No entanto, PCP e PS conseguiram derrotar a última revolução europeia e, 10 anos depois, a maior parte das empresas estariam novamente no setor privado.

devido ao processo revolucionário, ou não garantiam as condições de vida para os trabalhadores devido à crise económica.

A revolução era forte e os trabalhadores encontravam-se perante situações antes impensáveis. Era preciso questionar, revolucionar também as ideias que estavam impreg-

nadas na cabeça de todos: os patrões são necessários para a economia do país e a propriedade privada dos meios de produção é inviolável. Mas, afinal, quem precisa de patrões? As empresas nacionalizadas empregavam 8% da população economicamente ativa.



ATUALIDADE

## A necessidade da gestão operária hoje

A forte crise sanitária e social que vivemos faz-nos questionar ainda mais o sistema capitalista, que, por existir para garantir o lucro e não as necessidades sociais, impede que sejam implementadas medidas mínimas que permitiriam controlar com muito mais eficácia a pandemia e, principalmente, a crise social que vivemos.

O que aconteceria se os trabalhadores da Groundforce, que fizeram uma forte mobilização pela garantia do paga-

mento dos salários, decidissem que seriam eles a controlar a empresa, para garantir o seu funcionamento normal e os direitos de quem trabalha? Ganharíamos nós, população portuguesa, porque teríamos o funcionamento de uma empresa importante para Portugal; e ganhariam os trabalhadores, pois teriam a garantia do pagamento dos salários e da manutenção dos seus empregos. Perderiam apenas Alfredo Casimiro e os acionistas

da Groundforce, mas, afinal, quem precisa de patrões? Como dissemos, para sustentar essa conquista seria preciso ir além e questionar o capitalismo como um todo, mas a Groundforce é um bom exemplo de como apenas no capitalismo faz sentido colocar os interesses privados de uns poucos à frente da vida e da garantia do sustento de milhões. Em tempos de crise, como foi na revolução do 25 de Abril, é preciso questionar as ideias

que nos parecem mais elementares.

Já dizia o poeta alemão Bertold Brecht *“Em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”*

*Fonte: os Dados e citações deste artigo foram retirados do Livro “História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75”, de Raquel Varela.*

## NACIONAL

# Para enfrentar a pandemia e a crise social, é preciso uma nova revolução

Os trabalhadores e o povo pobre são mais uma vez cobrados por uma crise que não lhes pertence. Não temos dúvida: passados 47 anos do 25 de Abril, temos de retomar os valores de Abril e ir mais além.

DA REDAÇÃO

Vivemos uma forte crise sanitária e social. Em Portugal cerca de 17 mil pessoas morreram de COVID-19, e no mundo já

são mais de 3 milhões. A fome e a pobreza crescem até para quem tem emprego. O medo do desemprego ou da perda de rendimentos é parte das preocupações na maior parte das famílias portuguesas.

No país onde o turismo era responsável por quase 10% dos empregos do país, é natural que esteja colocada a insegurança sobre o futuro. O mesmo podemos dizer sobre os 25% da população empre-

gada atualmente por pequenas e médias empresas, que são as mais afetadas pela crise social, uma vez que as medidas do Governo favoreceram principalmente os grandes empresários.

ENTREGA

## A crise rebenta sempre no elo mais fraco

Neste contexto de crise, o facto de Portugal ser um país subordinado aos desmandos da União Europeia e economicamente dependente dos países centrais europeus faz com que sejamos um elo fraco nesta cadeia. E como sabemos e vimos na crise 2008/09, a crise rebenta sempre no elo mais fraco.

A entrada de Portugal na União Europeia significou o desmantelamento das grandes empresas nacionais, a privati-

zação das empresas nacionalizadas, a perda do controlo da banca, a precarização dos serviços públicos.

Como alternativa, deram-nos o turismo e a implementação de algumas empresas multinacionais, que se beneficiam da mão de obra barata e especializada portuguesa. Uma economia frágil e subordinada, que faz com que hoje estejamos muito mais expostos aos efeitos da crise económica e social.

PCP e PS

## A derrota da revolução deu no que está à vista

Portugal protagonizou uma grande revolução, mas, nesse processo, não era apenas o direito à democracia que estava em questão. A revolução questionou as bases do sistema capitalista, colocando na ordem do dia uma revolução socialista. Como vimos do ponto de vista do controlo operário, mas também nos vários aspetos da revolução, foi preciso um grande esforço dos principais partidos da época - PS e PCP - para que se pudesse desviar a revolução e contro-

lar o impulso do movimento operário.

Ainda assim conquistamos muito: os nossos direitos democráticos, a nacionalização das grandes empresas e da banca, o SNS, a melhoria e crescimento do sistema público de ensino. Mas estando o Governo e o Estado nas mãos dos representantes da burguesia, tudo isso foi sendo desmontado aos poucos, fragilizando cada vez mais a economia portuguesa e os direitos dos trabalhadores.

REVOLUÇÃO

## Mas pode ser diferente

Tudo o que foi conquistado está cada vez mais frágil. Hoje atacam, inclusivamente, aquilo que nos prometeram como central: os nossos direitos democráticos. Costa e Marcelo, muitas vezes com a cumplicidade de BE e PCP, não hesitam em renovar sucessivamente o Estado de Emergência, em reprimir greves e apoiarem a ilegalização de sindicatos, em mandarem a Polícia “garantir” o confinamento nos bairros da periferia, reprimindo a população negra e imigrante. Tudo isso porque precisam de assegurar as medidas que permitem a manutenção dos lucros dos grandes empresários. É só ver como atuaram perante o processo da TAP e da Grou-

ndforce para percebermos de que lado estão: contra os trabalhadores e o povo pobre, ao lado dos ricos e das multinacionais.

Eles sabem, e nós também temos de saber, que não estamos todos no mesmo barco. Para garantir a vida, os rendimentos e os direitos dos de baixo são necessárias medidas que enfrentem os ricos e poderosos.

É preciso salvar empregos, e não os lucros dos capitalistas! Taxar as grandes fortunas! Nacionalizar, sob controlo dos trabalhadores, as empresas essenciais! Suspender o pagamento da dívida! Sair do Euro e da União Europeia! É preciso uma nova revolução!

Conhece mais sobre a revolução portuguesa: Revolução e contrarrevolução em Portugal, Nahuel Moreno





## INTERNACIONAL

# Genocídio comandado por Bolsonaro vai produzir mais de 400 mil mortes até o final de abril

Após viver, em março, o mês mais mortal da pandemia, com 66 mil óbitos ligados à Covid-19, o Brasil pode vir a registrar 100 mil mortes somente em abril, segundo prevê uma análise do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde, da Universidade de Washington, nos Estados Unidos. A projeção também indica que, até 1 de julho, o total de mortos no país pode-se aproximar de 600 mil. (...)

## DO PSTU - BRASIL

Os hospitais estão em colapso. Há milhares de pessoas nas filas, esperando por uma cama de UTI (Cuidados Intensivos), e o estoque de insumos para tratamento

(oxigênio, analgésicos etc.) está a ponto de se esgotar. O sistema funerário também começa a dar sinais de colapso, com a sobrecarga de enterros diários (São Paulo, por exemplo, já registra mais de 400 enterros por dia) e a

falta de caixões. Um colapso no sistema funerário pode produzir novas patologias, sobrecarregando os cemitérios e contaminando solos, alimentos e lençóis freáticos. As altas taxas de infecção podem dar ainda mais força ao

surgimento de variantes. (...) Tudo isso terá consequências imprevisíveis no futuro próximo. Vai impedir que nos livremos da pandemia e adiar por anos o retorno da normalidade ao país.

## GENOCIDA

## Genocídio orquestrado pelo Governo

Toda essa catástrofe é culpa do governo genocida de Bolsonaro. "Saíam às ruas, voltem a trabalhar e contaminem-se". Essa é precisamente a campanha explícita desse governo assassino que nos levou à maior tragédia da História. Um governo criminoso, que

se opõe a medidas restritivas, como o lockdown; que se nega a garantir vacinas para a população e que paga um mísero auxílio-emergencial, obrigando as pessoas a escolherem entre a fome ou a contaminação pelo Covid (...).

## Programa para conter o genocídio:

- Vacina para todos, já! Fora Bolsonaro e Mourão!
- Greve sanitária, em defesa da vida!
- Lockdown de 30 dias e testagem em massa da população!
- Suspender a dívida pública e taxar os bilionários!



## DESIGUALDADE

## Vírus é mais letal entre trabalhadores pobres e negros

Se é verdade que o vírus tem a sua própria história natural e evolutiva, também é verdade que o descontrole total da pandemia imposto por Bolsonaro, somado às desigualdades sociais do país, tornou o vírus muito mais letal para a população pobre e negra.

Dados compilados pelo Pindograma, site de jornalismo de dados, e publicados pela revista "Piauí" mostram que pobres, negros e pessoas de baixa escolaridade, na cidade de São Paulo, correm maior risco de morrer de Covid. Considerando os critérios de "pardos" e "pretos", usados pelo IBGE (todos contabilizados, por nós, como "negros"), a possibilidade de uma pessoa parda morrer da doença é 42% maior que a de uma pessoa branca. Para uma pessoa preta, o risco é 77% maior que para uma pessoa branca. O estudo também aponta que mais pacientes morrem nas UTIs no Brasil do que na Itália,

59% contra 48%. Mas o risco de morrer de Covid numa UTI pública no Brasil é maior do que numa privada. A mortalidade de pacientes com Covid internados em UTIs privadas foi de 30%; enquanto em UTIs públicas foi de 53%. (...) Um levantamento realizado pelo jornal "El País" (de 5 de abril) mostrou que houve um aumento do número de mortes em trabalhadores brasileiros que não puderam ficar em casa. (...)

Motoristas de autocarro tiveram 62% mais mortes. Entre os vigilantes, que incluem os profissionais terceirizados que monitoram a temperatura de quem entra em centros comerciais, houve 59% de mortes a mais.

Como se pode ver, o genocídio orquestrado por Bolsonaro é o extermínio consciente de trabalhadores pobres e negros. (...)

Lê o artigo completo em: <https://www.pstu.org.br/genocidio-comandado-por-bolsonaro-vai-produzir-mais-de-400-mil-mortes-ate-o-final-de-abril/>



## RAÇA &amp; CLASSE

# Plano Nacional de "Gestão" do Racismo

No último mês, o Governo, pressionado pelas novas diretivas da União Europeia (UE) e pelas mobilizações antirracistas do último período, publicou um Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação, a ser implementado de 2021 a 2025. O plano, repleto de medidas genéricas de sensibilização e com poucas propostas concretas, é curto.

## ANTÓNIO TONGA

Para combater de maneira consequente o racismo, é preciso revisitar o passado colonial, que construiu o capitalismo. Sem isso, não se pode compreender e reparar a desigualdade racial, assente sobre séculos de dominação, nem compreender no que esta se traduz atualmente na vida dos racializados. É essencial avançar com a recolha de dados étnico-raciais. O Estado negou essa recolha, mas agora admite-a fora dos censos e sempre no âmbito da sua competência. Ou seja, como gestor do racismo, o Estado quer continuar a gerir a narrativa e a manipular a realidade da opressão.

O Plano continua omissivo quanto ao debate histórico, ignorando a longa batalha pela revisão crítica do conceito dos Descobrimientos. Faz recomendações genéricas quando à educação, como "diversificar o ensino e os currículos", e não fala sobre a necessidade de debater o alcance da escravatura transatlântica, o genocídio indígena e a repartição de África, que construíram o que hoje é chamado como Sul Global, fruto de uma divisão internacional do trabalho que coloca as ex-colónias, enquanto países de



extração de matéria-prima e trabalho semiescravo, com um nível retrógrado de direitos democráticos, servindo à atual fuga de trabalhadores e capitais para a UE e EUA. Na mesma linha, o Governo falha em relacionar o racismo e as desigualdades sociais, propõe quotas sociais para alunos vindos das zonas de intervenção prioritária e ignora que, no mesmo contexto social, as famílias afrodescendentes ganham menos, são mais precárias, e os seus filhos têm maior taxa de reprovação escolar. Por isso, não propõe quotas étnico-raciais, que são uma medida necessária de reparação histórica à exclusão que até hoje impede aos jovens negros o acesso ao ensino superior. Quanto à segregação racial

no mercado de trabalho, o Plano limita-se a reforçar instituições como a ACT e o IEFP, que gerem a precariedade (pior com a pandemia). Quanto à habitação, propõe ações de formação para senhorios e imobiliárias, e nada fala sobre a especulação que segrega e despeja famílias pobres e racializadas. O racismo na Polícia é encarado como um problema individual dos agentes, sendo a única proposta concreta a implementação da câmara corporal. Nada de alterações de fundo na estrutura, na formação ou nas hierarquias da Polícia. Continuará a impunidade do racismo. Lembremos: Racismo não é contraordenação, é crime! Se, por um lado, a própria existência de um plano de

combate ao racismo é fruto da força da luta antirracista, que obrigou o Governo a responder, o Plano é mais uma demonstração da falta de seriedade no combate ao racismo. António Costa afirma que o debate sobre o racismo está a abrir uma "fratura" na sociedade portuguesa.

No capitalismo, o racismo expressa-se numa divisão racial do trabalho, que permite rebaixar o nível salarial e aumentar a exploração. A pertença a uma identidade nacional e o conceito de raça é usada a serviço de forjar uma unidade entre a classe trabalhadora branca e nacional e os seus exploradores, deixando os trabalhadores nas margens da sua própria classe. Os patrões cavalgam a fragmentação da classe em níveis de rendimentos, direitos, liberdades e garantias.

Por isso, para ir até ao fim na luta para erradicar o racismo, é preciso lutar para acabar com esse sistema – e é por isso que não podemos depositar as nossas expectativas nas instituições desta democracia dos ricos, que sempre favorecerá os mesmos. É preciso buscar nossos aliados entre os trabalhadores, entre os explorados e oprimidos para arrancar medidas de reparação pelos séculos de esmagamento.

## LÊ MAIS EM:

## DEVEMOS TER ESPERANÇA NO PLANO NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO?

<https://emluta.net/2021/04/20/devemos-ter-esperanca-no-plano-nacional-de-combate-ao-racismo/>





## A NOSSA CLASSE

# O que fazer para garantir os postos de trabalho e os salários dos trabalhadores da Groundforce?

Depois de várias manifestações e apesar de terem sido pagos os salários, a situação para os trabalhadores da Groundforce ainda não se encontra resolvida.

### CARLOS ORDAZ

As manifestações na Groundforce levaram todo o país a conhecer a situação por que passavam os trabalhadores da empresa - sem salário - e, por conseguinte, a levantar o véu sobre o negócio calamito-

so que foi feito há 8 anos entre o governo da altura e o ainda acionista privado, em conjunto com a TAP. Os trabalhadores da Groundforce, hoje, só têm garantido o próximo salário de abril.

Sobre o negócio feito entre o privado e o Estado há anos,

recordar que o passivo de mais de 130 milhões de euros que a Groundforce tinha na altura ficou do lado da TAP (ainda antes da privatização para Azul e Barraqueiro), ficando assim o acionista privado com uma empresa sem dívidas.

É hoje também conhecido por muitos que o privado não pagou inicialmente nada pela empresa, dando somente uma garantia bancária de cerca de 3 milhões de euros que só anos mais tarde veio a ser acionada pela TAP.

## Para combater a corrupção e negociatas como as da Groundforce há que levantar o sigilo bancário

Durante anos, o acionista privado andou a receber um pagamento mensal que resultou em cerca de 6 milhões de euros, o que suplantou em muito a garantia bancária referida anteriormente. Para além disso, ainda foi pago por consul-

torias que uma empresa do seu grupo fazia à própria empresa de handling que agora detinha e geria.

É também público que o referido acionista empenhou as ações da Groundforce, e também é público que este detém

dinheiro num paraíso fiscal, só não se sabe quanto.

Negócios como o da Groundforce foram feitos no passado e continuarão a ser feitos no futuro, pois está na forma de atuar de patrões e seus governos. Estas situações têm de

ser combatidas com o levantamento do sigilo bancário, que tem servido para tudo e para todos como justificação para demoras, mas que mais não faz do que camuflar negócios e desvios de dinheiro de empresas.

## Sem nacionalização e mobilização em torno dela os trabalhadores ficam mais uma vez nas negociatas de governos e privados

É verdade que a nacionalização pode não ser a garantia e resolução de todos os problemas da Groundforce. Contudo, muito menos o é ficando na mão de um acionista privado. Qualquer privado aproveitará a crise e a situação da aviação para, mais uma vez, colocar

sacrifícios sobre os trabalhadores, semelhantes aos que o ainda dono da Groundforce conseguiu aplicar com a ajuda de todos os sindicatos no início de 2012, infligindo, através de alterações à contratação coletiva, cortes líquidos nos salários na ordem dos 20%.

Quando opositores à nacionalização afirmam, ironicamente, que esta é uma ideia “simpatia” e recordam vezes sem conta a impossibilidade legal por ordem da União Europeia, escolhem claramente o lado privado e aceitam a submissão à UE tão característica dos

nossos governantes e que cada vez mais se acentua no país, para mal dos trabalhadores. Para estes senhores - e muitos deles representantes dos trabalhadores - o mundo já acabou há muito, reservando-se a política para negociações à porta fechada com respeito pelo sigilo bancário. Temos visto os resultados ao longo destes anos: austeridade e precariedade.

Na TAP, no início do ano, vimos os sindicatos assinarem acordos no marco da reestruturação, sendo mais uma vez apresentada a situação como uma derrota “inevitável” pelo gosto à Europa. Os trabalhadores da TAP, Portugal e CateringPor viram os seus acordos alterados sem lhes ser dada hipótese de lutar dada a “inevitabilidade” da Europa e da pandemia. Hoje, após a derrota no Grupo TAP, a defesa da nacionalização sem austeridade e despedimentos tem de ser acompanhada, mais que nunca, com a mobilização e o controlo democrático de trabalhadores.

